

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.

DOI do preprint publicado: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.54213>

# Atuação docente no contexto socioeducativo: revisão integrativa da literatura brasileira

Gustavo Fernandes Scalvi, Camila Domeniconi

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10213>

Submetido em: 2024-10-15

Postado em: 2024-10-16 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

## ATUAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA BRASILEIRA

GUSTAVO FERNANDES SCALVI<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4382-4057>

<[gustavo.fscalvi@gmail.com](mailto:gustavo.fscalvi@gmail.com)>

CAMILA DOMENICONI<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0486-3543>

<[camila@ufscar.br](mailto:camila@ufscar.br)>

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, SP, Brasil

**RESUMO:** Se por um lado o Brasil apresenta avanços legais nos cuidados à criança e ao adolescente, fundamentados no paradigma de proteção integral, por outro persistem inúmeras problemáticas no sistema de medidas socioeducativas. Este estudo buscou compreender o cenário da pesquisa e publicação científica concernentes à investigação da atuação docente no contexto socioeducativo. Foi utilizado o método de revisão integrativa da literatura a partir da combinação de descritores nas bases de dados Scielo, BVS e Portal CAPES. Após análise e seleção, foram incluídos 17 artigos na revisão, classificados em três grupos principais relacionados à atuação docente: formação e preparação para o trabalho, principais desafios enfrentados e estratégias e recursos para a concretização de um bom trabalho. Os resultados revelam crescimento de publicações sobre a temática nos últimos anos, aliada à diversidade de autores e periódicos; preferência a delineamentos qualitativos, sobretudo a partir de entrevista e realização de grupos; e investigação centrada na medida de internação. Em comparativo às prerrogativas legais, constatou-se que as principais problemáticas estão relacionadas ao desenvolvimento de políticas específicas, às condições adequadas de trabalho e à formação inicial e continuada; enquanto os maiores potenciais atuais da docência estão na concretização da educação enquanto mecanismo de (re)inserção social e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas ao contexto da socioeducação.

**Palavras-chave:** docência, socioeducação, medidas socioeducativas.

### TEACHER'S ROLE IN THE SOCIO-EDUCATIONAL CONTEXT: INTEGRATIVE REVIEW OF BRAZILIAN LITERATURE

**ABSTRACT:** Legal advances in child and adolescent care in Brazil, based on the integral protection paradigm, contrast with persistent issues within the socio-educational system. This study aimed to analyze the current state of research and scientific publications regarding the teacher's role in the socio-educational context. An integrative literature review was conducted, combining descriptors in the Scielo, BVS, and Portal CAPES databases. After selection and analysis, 17 articles were included, classified into three main categories: teacher training and preparation, key challenges faced, and strategies and resources for effective teaching. The results reveal a recent increase in publications on the topic, involving a diverse range of authors and journals; a preference for qualitative research designs, particularly interviews and focus groups; and most studies focusing on juvenile detention measure. In comparison to legal

prerogatives, the main challenges include the development of specific policies, adequate working conditions, and initial and ongoing teacher training. Meanwhile, the current potentials of teaching in realizing education as a mechanism for social (re)integration and in the development of innovative pedagogical practices tailored to the socio-educational context.

**Keywords:** teaching, socioeducation, socio-educational measures.

## **ACTUACIÓN DOCENTE EN EL CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO: REVISIÓN INTEGRATIVA DE LA LITERATURA BRASILEÑA**

**RESUMEN:** Si bien Brasil ha presentado avances legales en los cuidados a la niñez y adolescencia, basados en el paradigma de protección integral, persisten numerosas problemáticas en el sistema de medidas socioeducativas. Este estudio tuvo como objetivo comprender el panorama de la investigación y de las publicaciones científicas relacionadas con la actuación docente en el contexto socioeducativo. Se utilizó el método de revisión integrativa de la literatura mediante la combinación de descriptores en las bases de datos Scielo, BVS y Portal CAPES. Tras el análisis y selección, se incluyeron 17 artículos en la revisión, clasificados en tres grupos principales relacionados con la actuación docente: formación y preparación para el trabajo, principales desafíos enfrentados y estrategias y recursos para la realización de un trabajo efectivo. Los resultados revelan un aumento en el número de publicaciones sobre el tema en los últimos años, junto con una diversidad de autores y revistas; una preferencia por diseños cualitativos, especialmente basados en entrevistas y grupos de discusión; y un enfoque predominante en la medida de internación. Al comparar estos hallazgos con las prerogativas legales, se constató que las principales problemáticas están relacionadas con el desarrollo de políticas específicas, las condiciones laborales adecuadas y la formación inicial y continua. Al mismo tiempo, los mayores potenciales actuales de la docencia radican en la realización de la educación como mecanismo de (re)inserción social y en el desarrollo de prácticas pedagógicas innovadoras, adaptadas al contexto específico de la socioeducación..

**Palabras clave:** docencia, socioeducación, medidas socioeducativas

## INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco histórico na legislação brasileira. Fundamentado na doutrina da proteção integral, pressupõe a condição da criança e do adolescente enquanto pessoas em desenvolvimento, garantindo assim direitos fundamentais, sem discriminação ou distinção, referentes à vida e saúde, liberdade, respeito e dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte e lazer, e profissionalização; sendo dever da família, comunidade, sociedade e poder público assegurarem seu acesso e efetivação (Brasil, 1990).

O ECA concretiza o estabelecido a partir do artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e dota a criança e adolescente enquanto sujeitos de direitos, considerando sua situação peculiar e prioridade absoluta (Brasil, 2023). Diante de atos contrários à legislação penal essa condição é considerada e, portanto, direcionam-se processos de responsabilização compatíveis à faixa etária: considerando a criança enquanto a pessoa até doze anos incompletos e adolescente aquele entre doze e dezoito anos (Brasil, 1990), aplicam-se medidas protetivas ao primeiro e medidas socioeducativas ao segundo grupo (Brasil, 2023).

As medidas socioeducativas, passíveis de aplicação ao adolescente que pratique ato infracional, isto é, crimes ou contravenções penais, devem levar em consideração a capacidade de cumprimento, gravidade da infração e as circunstâncias envolvidas, sendo terminantemente proibido o trabalho forçado e garantidas condições especiais aos portadores de deficiência; além de sua imposição estar condicionada à existência suficiente de provas e a materialidade da infração (Brasil, 1990).

São listadas, no artigo 112 do ECA, seis principais medidas socioeducativas: I) Advertência (admoestação verbal); II) Obrigação de reparar dano (restituição de valor econômico ou patrimonial); III) Prestação de serviços à comunidade (tarefas gratuitas de interesse geral); IV) Liberdade assistida (acompanhamento, auxílio e orientação por parte de profissional especializado); V) Inserção em regime de semiliberdade (privação parcial de liberdade, sendo possível a realização de atividades externas, como escolarização e profissionalização); e VI) Internação em estabelecimento educacional (privação total de liberdade) (Brasil, 1990). Comumente classificam-se entre medidas de meio aberto e meio fechado, sendo o segundo grupo composto pelas situações em que há restrição ou privação de liberdade.

O ECA, ao se pautar na proteção integral e ao definir um modelo específico de responsabilização dos adolescentes, cria as condições para a formulação da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2023). Para tanto, foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), aprovado na Resolução nº 119 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (Brasil, 2006) e efetivamente implantado pela Lei Federal nº 12.594 (Brasil, 2012). O SINASE fundamenta três pilares dos objetivos da medida socioeducativa: I) responsabilização, II) integração social e garantia de direitos, e III) desaprovação da conduta infracional (Brasil, 2012); em suma, visa constituir parâmetros e procedimentos mais objetivos e justos, garantindo a defesa e promoção dos direitos do adolescente, orientando-o através de uma noção eminentemente pedagógica.

Considerando o direito básico e fundamental à educação, o Ministério da Educação elaborou as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas

socioeducativas (Brasil, 2016), orientadas pelos princípios, definidos em seu artigo 4º: prevalência da dimensão educativa da medida; escolarização enquanto instrumento de reinserção social; progressão com qualidade; investimento em experiências de aprendizagem social e desenvolvimento progressivo; aplicação de estratégias pedagógicas adequadas ao contexto; prioridade nas políticas educacionais; e reconhecimento da singularidade e diferenças, valorizando as identidades e enfrentando toda forma de discriminação e violência.

A oferta, qualificação e consolidação do atendimento escolar de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas devem ser realizadas, em colaboração, pelas diferentes entidades governamentais e instituições de ensino (Brasil, 2016). No caso do adolescente em privação de liberdade a escola deve ser ofertada dentro da própria instituição; nas demais situações o adolescente deve frequentar a escola regular da rede pública de ensino.

Embora legalmente apresentam-se inúmeros avanços nos cuidados à infância e juventude e uma ressignificação do olhar sobre o adolescente que comete ato infracional, o contexto socioeducativo ainda se revela extremamente problemático. O mais recente Relatório Anual do SINASE (Brasil, 2023) registrou, com base no dia 30 de junho de 2023, 11.556 adolescentes em cumprimento de medidas de restrição ou privação de liberdade, sendo 63,8% negros (pardos e pretos), 95,6% do gênero masculino, e 19,1% com renda familiar de até 1 salário-mínimo; com relação ao ato infracional, destacam-se roubo, tráfico e homicídio doloso. Apesar do documento revelar a falta de dados completos de todo território nacional, os marcadores sociais dominantes apontam assimetrias que contradizem o princípio da não discriminação e traçam um perfil do adolescente em restrição ou privação de liberdade do país.

Outros desafios que permanecem são, com relação aos adolescentes: maus tratos e tortura (Brasil, 2023), reincidência (Brasil, 2019), abuso de substâncias (Komatsu et al., 2021), crenças depreciativas e condenatórias que aproximam à ideia de periculosidade (Cunha et al., 2020) e aplicação de ações mais punitivas que protetivas (Bonatto & Fonseca, 2020). Com relação aos profissionais que atuam no âmbito socioeducativo: condições precárias de trabalho (Brasil, 2023), necessidade de aperfeiçoamento de políticas públicas (Bonatto & Fonseca, 2020) e demanda de aumento de capacitações e formações para utilização de ferramentas específicas ao contexto (Alberto et al., 2021). Além de problemas gerais: sofrimento mental de adolescentes e trabalhadores em função da institucionalização (Robert et al., 2022) e impactos decorrentes da pandemia de Covid-19 (Brasil, 2023; Silva et al., 2023).

A escola, envolvida nesse cenário entre desafios e possibilidades, encontra-se em uma dupla posição: se por um lado é o principal instrumento de reinserção social (Brasil, 2016), é por outro o cerne de problemáticas consagradas. Em meio fechado, revelam-se significativa quantidade (cerca de 10,2%) de adolescentes sem frequentar a escola e pouca evolução educacional dos atendidos (Brasil, 2023), problemas de segurança e falta de articulação e acompanhamento externo (Padovani & Ristum, 2013); em meio aberto, sobressaem-se dificuldades de inserção e permanência escolar (Seabra & Oliveira, 2017; Morais & Ferreira, 2019), além de insuficiência de estratégias pedagógicas e comunicação falha entre agentes escolares e socioeducativos (Seabra & Oliveira, 2017). De modo geral, evidencia-se um quadro de inamistividade entre a escola e o adolescente, fruto de problemáticas históricas e sociais (Cunha & Dazzani, 2016).

Considerando os avanços legais, a persistência das problemáticas listadas, e principalmente a necessidade de um olhar eminentemente pedagógico sobre a medida socioeducativa, cabe indagar sobre a posição específica ocupada pelo professor nesse contexto. Deste modo, buscou-se no presente estudo a realização de uma revisão integrativa de literatura, com objetivo de compreender o cenário da pesquisa e publicação científica concernentes à investigação da atuação docente no contexto socioeducativo.

## MÉTODOS

A revisão integrativa de literatura é considerada uma importante ferramenta que, diante de um crescente aumento da produção científica, permite resumir pesquisas anteriores por meio de conclusões gerais (Broome, 2000), além de possibilitar a inclusão de diversas metodologias na análise de modo a fornecer uma compreensão mais abrangente do fenômeno investigado (Whittemore & Knafl, 2005). A adoção da revisão integrativa no campo educacional permite aprofundar a compreensão da área ou objeto de estudo, sistematizar a produção científica a partir de um procedimento com rigor metodológico, auxiliar no surgimento de novas ideias e verificar a expressão da abordagem qualitativa nos estudos, considerando que além de quantificá-los, sobretudo os analisa (Rodrigues et al. 2022).

Adotou-se protocolo de pesquisa baseado nas fases estabelecidas por Souza et al. (2010): 1) elaboração da pergunta norteadora, 2) busca na literatura, 3) coleta de dados, 4) análise crítica dos estudos incluídos, 5) discussão dos resultados, e 6) apresentação da revisão integrativa. Contou-se também com auxílio das diretrizes PRISMA 2020 (Page et al., 2021), sendo o Flow Diagram para a etapa 2 e o Checklist para reportar a revisão, ambos adaptados considerando o método de revisão integrativa.

A questão norteadora foi: “Quais são as evidências publicadas sobre a atuação docente no contexto brasileiro da socioeducação?” (*Fase 1*). A busca na literatura foi realizada em Junho de 2024 nas bases de dados SciELO, BVS e Portal de Periódicos CAPES. Adotou-se a combinação de descritores e operadores booleanos: [(“medida socioeducativa” OR “Medidas socioeducativas” OR “socioeducação”) AND (docente\* OR professor\*)], e os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos, com disponibilidade de texto completo, publicados em revistas brasileiras, que tivessem objetivos relacionados a investigar a atuação docente no contexto socioeducativo brasileiro; e de exclusão: publicados em revistas com nota C ou sem avaliação na classificação Qualis CAPES 2017-2020 (*Fase 2*).

Para a coleta de dados os artigos eleitos foram fichados e catalogados de acordo com material previamente desenvolvido, dividido em três etapas: 1) caracterização geral (título, autores e ano de publicação), 2) caracterização do periódico (título, classificação no Qualis CAPES 2017-2020 e área mãe), e 3) caracterização metodológica (objetivos, delineamento do estudo, características da amostra, local de realização, tipo de medida socioeducativa avaliada, e resultados gerais encontrados). Em seguida, de acordo com os objetivos e resultados apresentados, cada trabalho foi classificado e apresentado entre uma de três temáticas, sendo: 1) Formação e preparação docente para o trabalho na socioeducação, 2) Principais desafios enfrentados na atuação docente na socioeducação, e 3) Estratégias e recursos para a concretização de um bom trabalho docente na socioeducação (*Fases 3 e 4*).

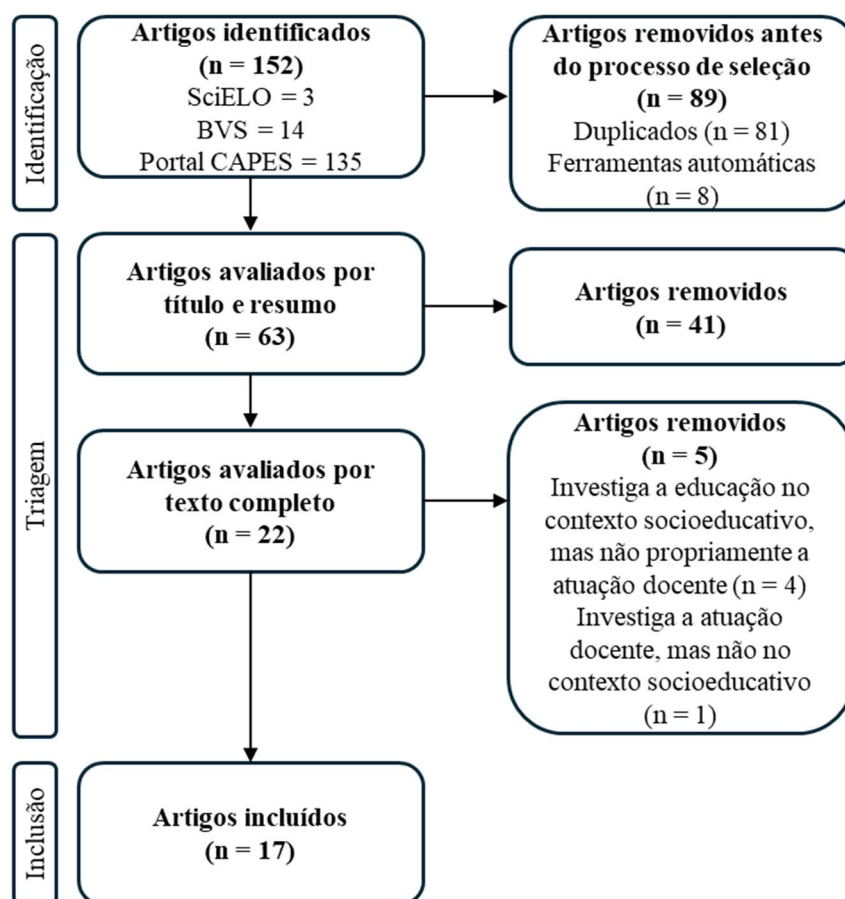
Por fim, discutem-se os principais resultados encontrados de modo a relacioná-los com as prerrogativas legais (Brasil, 1990; 2012; 2016) e os dados obtidos no último Levantamento Anual do SINASE (Brasil, 2023), destacando, na visão docente, os principais desafios persistentes à socioeducação

e as estratégias desenvolvidas visando superar esse quadro e construir uma educação de qualidade (*Fase 5*).

## RESULTADOS

A Figura 1 apresenta as etapas seguidas para a busca na literatura. Inicialmente, somando os resultados das três bases investigadas, foram identificados 152 artigos, sendo 81 duplicados e 8 excluídos a partir das ferramentas automáticas (indisponibilidade do texto completo ou publicados em língua diferente das incluídas na análise). Em seguida, 63 artigos foram analisados a partir de seu título e resumo, resultando na remoção de 41 por não se enquadrarem no tema de interesse. Por fim, 22 foram lidos integralmente, excluindo-se mais 5 em função de a) investigar e discutir a educação no âmbito socioeducativo, mas não propriamente a atuação docente, ou b) investigar e discutir a atuação do docente, mas não propriamente no âmbito socioeducativo. Como corpus final, 17 artigos foram incluídos na análise, dispostos na Tabela 1.

**Figura 1** *Organização da busca na literatura*



*Nota.* adaptado de Page et al. (2021)

**Tabela 1** *Artigos incluídos*

	<b>Autor(a)(es/as)</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico</b>	<b>Área (Qualis)</b>
1	Martins, Catozzi, Sayegh & Bariani	2005	Psicologia Escolar e Educacional	Psicologia (A2)
2	Cella & Camargo	2009	Educação & Sociedade	Educação (A1)
3	Rocha, Silva & Costa	2010	Pesquisas e Práticas Psicossociais	Psicologia (A3)
4	Moreira, Melgaço, Albuquerque, Rocha & Ribeiro	2015	Psicologia em Revista	Psicologia (A2)
5	Olic	2017	Educação e Pesquisa (USP)	Educação (A1)
6	Arruda & Figueiredo	2018	ComCiência	Educação (B2)
7	Souza & Onofre	2019	Reflexão e Ação	Educação (A3)
8	Nunes & Moura	2019	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Educação (A1)
9	Pereira, Silva & Caliman	2019	Revista de Educação ANEC	Educação (B1)
10	Furtado & Paixão	2020	Dialogia	Educação (A4)
11	Conceição	2020	Revista Prática Docente	Ensino (B1)
12	Bisinoto	2022	Em Aberto	Educação (A2)
13	Defelippe	2022	Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica	Educação (A4)
14	Ribeiro & Miranda	2023	Vozes, Pretérito & Devir	História (B1)
15	Lago, Souza & Santos	2023	Contribuciones a Las Ciencias Sociales	Interdisciplinar (A4)
16	Hashizume & Pedrosa	2023	Cadernos de Pós-Graduação	Educação (B1)
17	Maluche & Barros	2024	Caderno Pedagógico	Ensino (A2)

Nenhuma autoria se repetiu em qualquer publicação, totalizando 38 autores diferentes. Com relação ao ano, observou-se um intervalo compreendendo 20 anos (2005-2024), sendo maioria (82,4%, n = 14) nos últimos 10 anos (2015-2024) e 2019 e 2023 os anos com o maior número de publicações (17,6%, n = 3). Também não houve a repetição de nenhuma revista, apesar de se notar domínio de periódicos concentrados na área da Educação (58,8%, n = 10), seguidos por Psicologia (17,6%, n = 3), Ensino (11,8%, n = 2) e História e Interdisciplinar, com um título cada. Por fim, a partir da classificação Qualis CAPES dos periódicos, 41,2% (n = 7) dos artigos foram publicados em revistas A1 ou A2, seguidos de 29,4% (n = 5) em A3 ou A4 e 29,4% (n = 5) em B1 ou B2.

**Tabela 2** *Principais características metodológicas*

	<b>Delineamento</b>	<b>Instrumentos/Ferramentas</b>	<b>Medida Socioeducativa</b>	<b>Estado</b>	<b>Classificação</b>
1	Quanti-qualitativo	Questionário	Liberdade Assistida	SP	Desafios
2	Qualitativo	Entrevista	Internação	SP	Desafios
3	Qualitativo	Observação, entrevista, grupo focal	Internação	AM	Formação
4	Teórico	Análise teórica	Semiliberdade	MG	Desafios
5	Teórico	Própria atuação	Internação	SP	Desafios
6	Bibliográfico	Bibliográfico/Documental	Todas	Todos	Formação
7	Estudo de caso (Qualitativo)	Observação	Internação	SP	Desafios
8	Qualitativo	Observação participativa, análise de oficinas	Internação	PI	Formação
9	Qualitativo	Grupo focal	Internação	DF	Formação
10	Qualitativo	Observação participativa, entrevista	Internação	AP	Desafios
11	Qualitativo	Entrevista	Internação	SP	Desafios
12	Bibliográfico	Bibliográfico/Documental	Todas	Todos	Formação
13	Relato de experiência (Qualitativo)	Própria atuação	Internação	RJ	Estratégias
14	Qualitativo	Entrevista	Internação	PE	Formação
15	Qualitativo	Bibliográfico/Documental, Grupos de Trabalho e de Discussão	Internação	BA	Estratégias
16	Relato de experiência (Qualitativo)	Rodas de conversa	Internação	SP	Estratégias
17	Qualitativo	Análise de transcrições de reuniões	Internação	não informado	Estratégias

*Nota.* A numeração dos artigos corresponde à Tabela 1. A coluna *classificação* foi elaborada com base em análise dos autores, demais dados provenientes de informações dos artigos analisados.

Na Tabela 2 são apresentadas algumas das características metodológicas dos estudos analisados. A maior parte foi realizada a partir de delineamento qualitativo (70,6%, n = 12), sendo que

apenas um (5,9%) trabalho contou também com coleta quantitativa. Os principais instrumentos utilizados foram a entrevista (29,4%, n = 5) e a realização de grupos ou oficinas (29,4%, n = 5), seguidas de observação (23,5%, n = 4) e análise bibliográfica/documental (23,5%, n = 4). A internação foi a medida socioeducativa investigada em 76,5% (n = 13) dos trabalhos, sendo registrados apenas um (5,9%) estudo no contexto de liberdade assistida e um (5,9%) de semiliberdade. Com relação ao local de coleta dos dados, a região Sudeste abrigou 47% (n = 8) da amostra, sendo maioria no estado de São Paulo (35,3%, n = 6), seguida da região Nordeste (17,6%, n = 3), Norte (11,8%, n = 2) e Centro-Oeste (5,9%, n = 1); não foram encontrados registros provenientes da região Sul. Conforme os objetivos e resultados apresentados, os artigos foram classificados, sendo 35,3% (n = 6) relativos a investigações sobre a formação e preparação, 41,2% (n = 7) sobre desafios enfrentados e 23,5% (n = 4) apresentam estratégias e recursos.

### **Formação e preparação docente para o trabalho na socioeducação**

*[Artigos: 3, 6, 8, 9, 12 e 14]*

Com o objetivo de analisar a formação de professores para o trabalho socioeducativo, os trabalhos de Arruda & Figueiredo (2018) e Bisinoto (2022) destacam, a partir de análise bibliográfica, avanços importantes no plano legal para elaboração e condução de políticas eminentemente pedagógicas ao público da socioeducação, principalmente pela emissão das Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Brasil, 2016) e da fundação da Escola do SINASE (Brasil, 2015). Entretanto, apresentam conclusões similares ao destacar a falta de materialização em programas e ações, principalmente ao considerar as limitações dos cursos de formação inicial e continuada de professores. Como resultado deste processo, formam-se profissionais despreparados e sem conhecimentos específicos ao contexto particular de atendimento socioeducativo.

O artigo de Pereira et al. (2019) investiga, a partir da realização de um grupo focal, a percepção de professores sobre a importância dos princípios da Educação Social para as práticas pedagógicas na socioeducação. Além de sinalizar convergências entre as práticas do educador social e a socioeducação, os autores evidenciam a necessidade de aprofundamento da temática pelo corpo docente em sua formação, exemplificado em dois pontos: permitir que o profissional compreenda seu papel enquanto agente de transformação social; e desenvolver habilidades de lidar e conhecer a adolescência, seus significados, características e complexidades.

Rocha et al. (2010) obtêm resultados parecidos ao analisar a percepção dos próprios profissionais sobre sua preparação profissional e acadêmica para o trabalho em unidades de internação. A singularidade do processo educativo nesse contexto elucida, na visão dos docentes, a noção de que a formação acadêmica não fornece preparo suficiente, evidenciado pelo desconhecimento da instituição, de seu funcionamento e do público atendido, gerando apreensão, insegurança, medo e até mesmo a recusa em trabalhar na instituição. Os participantes também comentam sobre a aprendizagem profissional ser adquirida na prática, desenvolvendo habilidades como: ser observador, ter comprometimento e disposição, e estar preparado para reconhecer as intenções dos adolescentes.

O desenvolvimento de uma formação própria a partir da experiência também aparece nos estudos de Nunes & Moura (2019) e Ribeiro & Miranda (2023). No primeiro, as autoras destacam a importância da dupla função pesquisa-formação ao avançar o conhecimento de forma colaborativa e propiciar a autoformação profissional, uma vez que a experiência se torna conhecimento e competências não construídos em outros espaços. No segundo, entrevistas realizadas com professores de história apontam a importância da interação e intercâmbio entre docentes e discentes para a construção de sua atuação profissional. Assim, a preparação formativa envolve não apenas aspectos formais de ensino, mas sobretudo considerar, no espaço escolar, dinâmicas de ocupação, condições físicas, oferta de materiais, tempo, situações de trabalho e bem-estar, ou seja, elaborar saberes “nos ‘pavilhões’ e apesar dos ‘pavilhões’” (p. 280).

### **Desafios enfrentados na atuação docente na socioeducação**

*[Artigos: 1, 2, 4, 5, 7, 10 e 11]*

As limitações da formação apresentadas formam por si só um dos principais desafios enfrentados na atuação docente. Poucos conhecimentos e preparos, além da ausência de incentivos e investimentos são temas recorrentes em diversos outros trabalhos (Martins et al., 2005; Cella & Camargo, 2009; Furtado & Paixão, 2020). Sentimento de culpa, sensação de fracasso, fragmentação do trabalho e ausência de caminhos e perspectivas são alguns dos relatos encontrados nas entrevistas de educadoras na internação no trabalho de Cella & Camargo (2009).

Outros desafios encontrados na internação são: os próprios docentes enquanto alvo de exclusão e preconceito por pares ao estarem fora da instituição (Cella & Camargo, 2009); necessidade constante de reorganizar metodologias e planejamentos em virtude do desinteresse dos alunos em função da privação de liberdade, e a inferiorização da prática escolar em detrimento das ações de segurança (Souza & Onofre, 2019); as limitações das classes multisseriadas, a defasagem escolar, o uso restrito de materiais e a rotatividade de alunos (Conceição, 2020); e a posição complexa vivenciada pelo professor, assumindo um lugar arriscado, de ora operar de acordo com as lógicas institucionais e distanciar-se dos adolescentes, ora passar dos limites de envolvimento e atuar totalmente conforme a vontade desses (Olic, 2017).

Nos casos dos trabalhos que investigaram o contexto de atuação com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e semiliberdade e, portanto, na escola regular, acrescentam-se novos desafios: dificuldades de frequência dos estudantes em virtude de desmotivação, conflitos com os educadores, problemas na comunidade e falta de tempo (Moreira et al., 2015); preconceito social e expectativas negativas dos professores com relação aos adolescentes, assumindo ideias deles serem diferentes dos demais: “inseguros, agressivos, revoltados, com grande necessidade de chamar atenção, além de pertencentes a um ambiente familiar problemático” (Martins et al., 2005, p.122); e, em alguns casos, os docentes considerarem uma superproteção do ECA e falta de responsabilização dos adolescentes (Moreira et al., 2015).

### **Estratégias e recursos relevantes ao trabalho docente na socioeducação**

[*Artigos: 13, 15, 16 e 17*]

Os artigos de Defelippe (2022) e Hashizume & Pedrosa (2023) são relatos de experiências de atividades desenvolvidas por professores em contexto escolar de privação de liberdade. No primeiro, sob a perspectiva autobiográfica, discutem-se processos de identificação e representação de papéis sociais a partir do relato de uma prática desenvolvida pela docente no primeiro dia de aula, de modo a encontrar similaridades e diferenças entre os alunos, afastando-os do estigma de infrator. O segundo artigo apresenta um projeto de alfabetização e sua importância para, muito além da apropriação dos símbolos, transformar os estudantes no sentido de torná-los cidadãos ativos e conscientes, protagonistas de suas próprias histórias e, por conseguinte, na construção e (re)elaboração de planos de vida. Ambos os trabalhos enfatizam o papel central e fundamental do professor.

Maluche & Barros (2024) orientam-se pela Análise Crítica do Discurso ao examinar transcrições de reuniões de estudos do corpo educativo de uma unidade de internação. As autoras sublinham a mudança qualitativa nas práticas discursivas a partir do processo de aprendizagem: passagem de visões atreladas a campos semânticos negativos e reprodução da ordem social vigente para rupturas e materialização de mudanças em prol do desenvolvimento de ideais de emancipação humana e consciência revolucionária, cristalizados em “traços sócio-discursivos de (re)posicionamento social, orientados para a instauração de uma socioeducação no viés de uma educação social emancipatória” (p. 2).

O estudo de Lago et al. (2023) alia pesquisa documental e bibliográfica à formação de grupos de trabalho com equipe pedagógica e grupos de discussão com alunos, de forma a construir conjuntamente uma proposta curricular específica. Com o objetivo de elaborar um currículo emancipador, libertador e cidadão, os autores apresentam uma proposta de aperfeiçoamento da matriz curricular e da carga horária para a Educação de Jovens e Adultos no contexto da socioeducação em privação de liberdade. Dentre as principais contribuições, destaca-se a oferta de disciplinas diversificadas, trabalhadas de forma transversal e transdisciplinar, como: protagonismo juvenil, projeto de vida, educomunicação e mundo do trabalho.

## **DISCUSSÃO**

O número de artigos incluídos na presente análise revela, por si só, um dado interessante sobre a atenção que a atuação docente no contexto socioeducativo tem recebido. Acrescenta-se, ao analisar a Tabela 1, que grande parte dos estudos foram publicados nos últimos anos: dos 17 iniciais, 14 são dos últimos dez anos (2015-2024) e 8 dos últimos cinco (2020-2024), evidenciando também um aumento recente de publicações, fundamental à investigação científica. A diversidade de autores e revistas soma à discussão ao permitir o envolvimento de diversos pesquisadores e estudiosos, além de atingir uma quantidade maior e mais diversa de público, na interface entre diversas áreas, como a Educação, a Psicologia, o Ensino e a História; por outro lado, sugere a ausência de grupos ou periódicos envolvidos com a pesquisa e publicação de maneira específica da área avaliada.

Com relação ao exame das características metodológicas, a partir da Tabela 2, notou-se a prevalência de estudos de natureza qualitativa, o que vai de encontro a importância da ferramenta ao campo da Educação (Ribeiro, 2000), principalmente ao permitir uma análise interpretativa em função de

uma compreensão contextualizada dos indivíduos, voltada ao processo e não ao resultado em si (Zanette, 2017). É válido comentar, entretanto, que a existência de apenas um artigo que tenha adotado também a coleta quantitativa, sendo o mais antigo da revisão (Martins et al, 2005), evidencia uma lacuna na literatura, principalmente ao se considerar a importância de diferentes óticas que contribuem para a discussão frente à crescente utilização de dados quantitativos relacionados à políticas educacionais (Pereira & Ortigão, 2016).

Destacam-se outras limitações: grande parte dos trabalhos se deu no contexto da medida socioeducativa de internação, resultando em apenas uma análise da semiliberdade (Moreira et al., 2015) e uma da liberdade assistida (Martins et al, 2005), o que evidencia a necessidade de ampliação do campo no estudo de professores que atuam na escola regular e que possuem alunos em cumprimento de medidas socioeducativas. Outro ponto é a concentração de pesquisas desenvolvidas no estado de São Paulo, que apesar de convergir com dados que apontam enquanto o local que detém cerca de 70% dos gastos com pesquisa no Brasil (Schneegans et al., 2021), carece de descentralização e equalização nas demais regiões, considerando, por exemplo, a inexistência de artigos encontrados que analisassem especificamente estados da região Sul do país.

Ao buscar classificar os artigos em blocos temáticos, é possível inferir que grande parte está concentrada em destacar desafios que o professor no contexto socioeducativo enfrenta. Considerando que os trabalhos relacionados à formação revelam sobretudo despreparo e desconhecimento, conclui-se que esse conjunto é, de certa forma, parte daqueles expressos no bloco sobre os desafios enfrentados. Sob outra perspectiva, apesar dos trabalhos que apresentam estratégias e recursos relevantes estarem em desvantagem numérica, contando com apenas quatro registros (Defelippe, 2022; Hashizume & Pedrosa, 2023; Lago et al., 2023; Maluche & Barros, 2024), esses estão entre as cinco publicações mais recentes. Acredita-se, por esta razão, que a literatura parece estar em movimento de se aproximar de uma discussão que contemple formas de aprimorar a atuação docente.

Considerando os avanços legais (Brasil, 1990; 2006; 2012; 2016) e o Relatório Anual do SINASE (Brasil, 2023), cabe traçar um comparativo entre alguns dos princípios preconizados nos documentos, os dados oficiais e os resultados encontrados na literatura, conforme apresentado na Tabela 3. Considera-se válida essa organização na compreensão de, por um lado, estratégias que convergem com o plano legal e, por outro, desafios que permanecem historicamente e que portanto distanciam-se do idealizado. Por mais que a revisão inclua trabalhos realizados há 20 anos e a principal referência legal sejam as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, publicada apenas em 2016, vale comentar que o documento apenas cristaliza o debate há muito iniciado oficialmente (Brasil, 1990; 2006; 2012).

A comparação expressa na Tabela 3 elucida muitas problemáticas entre o legalmente planejado e o executado na prática. Isso se manifesta negativamente na atuação docente de diversas formas, como na satisfação com o trabalho realizado e na qualidade do serviço ofertado, o que, por consequência, afeta na educação dos adolescentes e na inferiorização da noção pedagógica da medida socioeducativa.

**Tabela 3** *Comparação entre diretrizes legais, dados oficiais e resultados da revisão*

<b>Plano Legal (Brasil, 1990; 2012; 2016)</b>	<b>Relatório Anual do SINASE (Brasil, 2023)</b>	<b>Literatura científica sobre a atuação docente</b>
Obrigatoriedade de atividades pedagógicas	Mais de 10% de adolescentes sem frequentar a escola em meio fechado	Dificuldade de frequência dos estudantes em meio aberto <sup>4</sup>
Não discriminação e respeito à individualidade	Predominância de um grupo social específico (homens, negros e de baixa renda)	Preconceito e expectativas negativas dos professores sobre os estudantes <sup>1,4</sup>
Prevalência da dimensão educativa da medida, sendo proibido o castigo físico	Permanência de maus tratos e tortura	Inferiorização da prática escolar em detrimento das ações de segurança <sup>7</sup>
Escolarização como estratégia de reinserção social	Maioria dos adolescentes frequentando a escola dentro da unidade de internação, algo apontado como contrário ao princípio de inserção social	Importância da compreensão de papéis sociais e afastamento do estigma de infrator <sup>13</sup> Importância da alfabetização na construção e elaboração de projetos de vida <sup>16</sup> Papel central do professor <sup>13, 16</sup> Discurso de (re)posicionamento social e socioeducação e viés de educação social emancipatória <sup>17</sup>
Implementação de políticas e ações para qualificação da escolarização	Superação do problema histórico da superlotação e possibilidade de investimento na qualidade do atendimento	Avanços legais, mas falta de materialização em programas e ações <sup>6,12</sup>
Desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas	Pouca evolução educacional dos adolescentes	Elaboração de um currículo específico <sup>15</sup> Aprendizagem profissional advinda também da prática <sup>3,8,14</sup> Dificuldades em virtude de classes multisseriadas, defasagem escolar, materiais restritos, rotatividade de alunos <sup>11</sup>
Interlocução entre a escola e o atendimento socioeducativo	-	Próprios docentes enquanto alvo de preconceito por pares <sup>2</sup>
Garantia de condições adequadas de trabalho aos profissionais	Condições precárias de trabalho	Posição complexa ocupada pelo professor <sup>5</sup> Necessidade constante de reorganização <sup>7</sup> Sentimentos de culpa, fracasso, trabalho fragmentado e ausência de perspectivas <sup>2</sup>
Cursos de formação inicial e continuada dos professores devem contemplar conteúdos específicos	-	Limitações nos cursos de formação, profissionais despreparados e sem conhecimentos específicos <sup>1,2,3,6,9,10,12</sup>

*Nota.* A fim de uma melhor apresentação visual dos dados da Tabela 3, as referências da terceira coluna foram suprimidas da maneira normatizada. A numeração corresponde às referências e dados apresentados nas Tabelas 1 e 2.

Dentre as variáveis legais que mais se distanciam dos objetivos preconizados, destacam-se a implementação de políticas e ações específicas à qualificação da escolarização, a falta de condições adequadas de trabalho e os cursos de formação inicial e continuada que não contemplam conhecimentos específicos necessários à docência na socioeducação. Outros desafios que se opõem aos documentos também foram encontrados concernentes a: obrigatoriedade da atividade pedagógica, não discriminação e respeito, prevalência da dimensão educativa e a interlocução entre a escola e os agentes do sistema socioeducativo.

As prerrogativas do campo legal que, a partir dos resultados da revisão, parecem estar mais próximas de serem contempladas são: a ideia da escolarização enquanto mecanismo de (re)inserção social, observado nos trabalhos desenvolvidos que sublinham o papel central do professor enquanto agente de transformação, como por exemplo ao discutir papéis sociais e afastar os adolescentes do estigma de infrator (Defelippe, 2022) ou ao trabalhar a alfabetização e sua importância na elaboração de projetos de vida (Hashizume & Pedrosa, 2023), além da adoção de um discurso que enxergue o potencial da socioeducação enquanto educação social emancipatória (Maluche & Barros, 2024); e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas, como a partir da elaboração de um currículo adaptado ao contexto (Lago et al., 2023).

Cabe por último destacar alguns temas relativos à educação que, apesar de legalmente amparados (Brasil, 2016), foram suprimidos da comparação uma vez que não são especificamente da alçada da atuação docente investigada na presente análise: a integração de sistemas de informação e censos, expressos na retomada do Levantamento Anual após seis anos (Brasil, 2023); a oferta de cursos de educação profissional, representada pelo dado de 57,3% de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que participaram de atividades de profissionalização em 2023 (Brasil, 2023); e o acompanhamento educacional dos egressos do sistema socioeducativo, onde registrou-se programas pós-medida em 20 (74%) estados brasileiros (Brasil, 2023).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando os avanços legais nos cuidados à criança e ao adolescente, a persistência de problemáticas no sistema de medidas socioeducativas, e o crescimento da produção científica, o presente artigo procurou investigar a atuação docente no contexto socioeducativo a partir de revisão integrativa de literatura. Em função da lacuna de revisões de literatura nesse contexto, acredita-se que o trabalho realizado seja de extrema importância ao mapear e sistematizar variáveis envolvidas nas evidências cientificamente produzidas sobre o professor que atua na socioeducação. Foram incluídos 17 estudos, classificados em três temáticas principais sobre a atuação docente na socioeducação: formação e preparação, desafios enfrentados e estratégias e recursos relevantes.

Os resultados encontrados revelam que inúmeras problemáticas permanecem na atuação de professores na socioeducação, em especial aquelas relacionadas ao desenvolvimento de políticas específicas, às condições adequadas de trabalho e à formação inicial e continuada. Por outro lado, constatou-se trabalhos que se aproximam do princípio preconizado legalmente da educação enquanto

mecanismo de (re)inserção social e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas ao contexto socioeducativo.

Com relação às limitações, a adoção do método de revisão de literatura permite compreender apenas parcialmente os trabalhos incluídos e, por conseguinte, o fenômeno investigado; além de que a opção pelo método integrativo não incluiu o acordo inter-juízes, o que pode resultar em variações dos resultados em virtude de avaliações subjetivas; também não foram considerados estudos realizados fora do Brasil, principalmente em virtude da legislação e questões próprias ao território nacional, e não foram incluídos trabalhos provenientes de livros, teses, dissertações, anais de eventos e demais meios de divulgação científica.

Recomenda-se a realização de futuros trabalhos que investiguem a atuação docente a partir da combinação de diferentes delineamentos metodológicos, quanti e qualitativos, de modo a incluir variáveis sociais, históricas, culturais, educacionais, individuais e psicológicas; e também a realização de estudos, pesquisas e intervenções que busquem a superação das dificuldades listadas e caminhem na construção de um sistema socioeducativo, eminentemente pedagógico, cada vez mais eficaz ou, idealmente, sua extinção.

## REFERÊNCIAS

Alberto, M. F. P., Pessoa, M. C. B., Costa, C. S. S., Silva, E. B. F. L., & Amorim, T. R. S. (2021). Construção de projeto de vida de jovens: desafios para atuação profissional no contexto da socioeducação. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(1), 1-23. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e15640>

Arruda, J. S., & Figueiredo, O. V. A. (2018). Breves considerações sobre medida socioeducativa e formação de professores. *Rev. ComCiência*, 3(3), 68-76. <https://doi.org/10.36112/issn2595-1890.v3i1.p68-76>

Bisinoto, C. (2022). Formação docente e socioeducação: uma relação invisibilizada. *Em Aberto*, 35(115), 125-142. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.35i115.5363>

Bonatto, V. P., & Fonseca, D. C. (2020). Socioeducação: entre a sanção e a proteção. *Educação em Revista*, 36, 1-17. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698228986>

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)

Brasil. (2012). Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm)

Brasil. Conselho Nacional de Justiça. (2019). Reentradas e reinterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/Panorama-das-Reentradas-no-Sistema-Socioeducativo.pdf>

Brasil. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). Resolução nº 119, de 11 de Dezembro de 2006.

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2023). SINASE Levantamento anual. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf>

Brasil. Ministério da Educação. (2016). Resolução nº 3, de 12 de Maio de 2016. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192)

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos. (2015). Portaria nº 4, de 9 de Janeiro de 2014. <http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/destaques/Portaria%20de%20Instituic%CC%A7a%CC%83o%20da%20ENS.pdf>

Broome, M. E. (2000). Integrative literature reviews for the development of concepts. In Rodgers, B. L. & Knafl, K. A. (orgs.), *Concept Development in Nursing* (231-250), 2nd ed. W.B. Saunders Company.

Cella, S. M., & Camargo, D. M. P. (2009). Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. *Educ. Soc.*, 30(106), 281-299. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100014>

Conceição, W. L. (2020). Histórias de vidas de professores/as e o fazer docente na socioeducação. *Revista Prática Docente*, 5(2), 1395-1409. <https://doi.org/10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n2.p1395-1409.id790>

Cunha, G. G., Oliveira, M. C. S. L., & Branco, A. U. (2020). Universo afetivo-semiótico de adolescentes em medida socioeducativa de internação. *Educ. Pesqui.*, 46, 1-20. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046220197>

Cunha, E. O., & Dazzani, M. V. M. (2016). A escola e o adolescente em conflito com a lei: desvelando as tramas de uma difícil relação. *Educação em Revista*, 32(1), 235-259. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698144008>

Defelippe, E. (2022). Uma educadora e seus (sócio)educandos: autobiografias e múltiplas identidades no ensino de história. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, 7(21), 389-409. <https://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2022.v7.n21.p389-409>

Furtado, A. O., & Paixão, E. S. B. (2020). A educação escolar como um direito e as medidas socioeducativas de internação: o sujeito de direitos entre dilemas no ambiente escolar. *Dialogia*, 35, 163-181. <https://doi.org/10.5585/dialogia.n35.16932>

Hashizume, C. M., & Pedrosa, A. G. (2023). Professores e formação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa: alfabetização, projeto de vida e protagonismo jovem. *Cadernos de Pós-graduação*, 22(1), 90-102. <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n1.23023>

Komatsu, A. V., Bono, E. L., & Bazon, M. R. (2021). Padrões de uso de drogas e problemas associados em adolescentes judicializados. *Psico USF*, 26(2), 229-240. <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260203>

Lago, C. C., Souza, E. S., & Santos, R. R. C. (2023). Percurso educativo: inovação curricular na EJA desenvolvida na socioeducação. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, 16(8), 11586-11601. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.8-149>

Maluche, M. L. G. P., & Barros, S. M. (2024). Aprendizagem docente em reuniões de estudo de uma comunidade escolar socioeducativa. *Revista Caderno Pedagógico*, 21(4), 01-25. <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n4-017>

Marins, J., Catozzi, C., Sayegh, F., & Bariani, I. C. D. (2005). O professor e o aluno em liberdade assistida: um estudo exploratório. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(1), 117-125. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572005000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

Morais, J. B. T., & Ferreira, M. D. M. (2019). Os desafios na escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. *Revista de Políticas Públicas*, 23(2), 621-639. <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13077>

Moreira, J. O., Melgaço, P., Albuquerque, B. S., Rocha, B. F., & Ribeiro, A. C. F. (2015). A escola e a semiliberdade: a importância do diálogo. *Psicologia em Revista*, 21(1), 50-65. <https://doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2015V21N1P50>

Nunes, M. A. A., & Moura, M. G. C. (2019). Pesquisa-formação: diáde que permeia a docência em contexto socioeducativo. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, 100(254), 211-229. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i254.4037>

Olic, M. B. (2017). Arrastão ou lagarteador? Dinâmicas em torno da prática docente na Fundação CASA. *Educ. Pesqui.*, 43(2), 357-377. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022016133882>

Padovani, A. S., & Ristum, M. (2013). A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. *Educ. Pesqui.*, 39(4), 969-984. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000012>

Page, M. J. et al. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372(71). <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>

Pereira, A. M. R., Silva, C. P., & Caliman, G. (2019). Prática docente na socioeducação: análise das competências sob a ótica docente. *Rev. Educ.*, 160, 83-109. <https://pedagogiasocial.net/wp-content/uploads/2020/08/pereira-silva-caliman-2019-pratica-docente-na-socioeducacao.pdf>

Pereira, G., & Ortigão, M. I. R. (2016). Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. *Periferia*, 8(1), 66-79. <https://www.redalyc.org/journal/5521/552157170005/552157170005.pdf>

Ribeiro, A. A. M., & Miranda, H. S. (2023). Para além das grades: o que precisa saber um professor de história na socioeducação? *Vozes, Pretérito & Devir*, 16(1), 264-284. <http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/481/423>

Ribeiro, O. M. (2000). Por que investir em pesquisa qualitativa? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 81(197), 109-115. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.81i197.961>

Robert, C., Stefanello, S., Silva, M. Z., Ditterich, R. G., & Santos, D. V. D. (2022). “A gente fica institucionalizado também!”: cotidiano, saúde mental e processos de trabalho na percepção das equipes de unidades socioeducativas. *Interface (Botucatu)*, 26, 1-16. <https://doi.org/10.1590/interface.210290>

Rocha, W. S., Silva, I. R., & Costa, C. R. B. S. F. (2010). A percepção dos educadores sobre sua formação acadêmica e preparação profissional para o trabalho com adolescentes em Conflito com a lei. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(2). [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5\\_n2/Rocha\\_et\\_al.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n2/Rocha_et_al.pdf)

Rodrigues, A. S. P., Sachinski, G. P., & Martins, P. L. O. (2022). Contribuições da revisão integrativa para a pesquisa qualitativa em Educação. *Linhas Críticas*, 28, e40627. <https://doi.org/10.26512/lc28202240627>

Schneegans, S., Lewis, J.; Straza, T. (Eds.). (2021). Relatório de Ciências da UNESCO: A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente – Resumo executivo. Paris: UNESCO Publishing.

Seabra, R. C. F. F., & Oliveira, M. C. S. L. (2017). Adolescentes em atendimento socioeducativo e escolarização: desafios apontados por orientadores educacionais. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 639-647. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/0213111144>

Silva, J. B., Uziel, A. P., & Hernández, J. G. (2023). O acontecimento-covid e as dobras cuidado e segurança: Desafios para a socioeducação. *Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, 16(2), 1-19. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16.53974>

Souza, C. M., & Onofre, E. M. C. (2019). Desafios de uma professora de educação física na medida socioeducativa de internação. *Reflexão e Ação*, 27(2), 166-181. <https://doi.org/10.17058/rea.v27i2.12620>

Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Integrative review: what is it? How to do it?. *Einstein*, 8(1). <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>

Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing* 52(5), 546-553. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>

Zanette, M. S. (2017). Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. *Educar em Revista*, (65), 149-166. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47454>

## **CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS**

Autor 1 – Conceitualização, pesquisa, análise dos dados e redação do original.

Autora 2 – Análise dos dados, supervisão e revisão da escrita final.

## **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.